

IMIGRAÇÃO

Visto mais difícil reduz viagens aos EUA

Todos os portadores de permissão de entrada — estudantes, trabalhadores ou turistas — poderão ter seus documentos revisados

» VANILSON OLIVEIRA

A criação de dificuldade para a obtenção do visto de entrada nos Estados Unidos ou mesmo a possibilidade de suspensão de vistos já concedidos, anunciadas em agosto pelo presidente Donald Trump, podem impactar ainda mais a economia dos Estados Unidos. Em setembro, uma pesquisa feita pela Tourism Economics apontou que o país terá uma queda de 8,2% no número de chegadas internacionais até o fim do ano. Para especialistas, os impactos podem ultrapassar a economia e atingir a imagem do governo Trump, arranhada pelos recentes tarifas impostas a produtos de vários países.

Entre os novos pontos que dificultarão a obtenção do tão sonhado carimbo americano está a implementação do teste de cívismo para naturalização em 2025, publicado pelo Serviço de Cidadania e Imigração dos EUA (USCIS). O teste vai avaliar, por exemplo, a compreensão do estrangeiro sobre a história e o governo dos EUA. Segundo o Departamento de Estado (correspondente ao nosso Ministério das Relações Exteriores), todos os portadores de visto americano — estudantes, trabalhadores ou turistas — poderão ter seus documentos revisados, independentemente da categoria, estando em solo norte-americano ou não.

A triagem do USCIS vai avaliar também outros fatores, como o bom caráter moral e que tipo de contribuição positiva o estrangeiro promove ou promoveu para a sociedade americana, em vez de buscar condutas consideradas inadequadas. Desde que o governo Trump intensificou as políticas de imigração, 2.268 brasileiros foram deportados para o Brasil até 1º de outubro, em operações que envolveram 24 voos. Segundo o último levantamento feito pelo Itamaraty, em 2024, cerca de 1,9 milhão de brasileiros viviam nos Estados Unidos de forma legal ou ilegal.

Para o cientista político Leonardo Paz Neves, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a decisão de revisar vistos já concedidos pode acarretar ainda mais impacto negativo ao turismo do país. "Este ano, os Estados Unidos receberam menos turistas que no ano passado. E isso significa perda de dinheiro, de receita. Em países como Espanha e França, por exemplo, uma boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) vem do turismo, e com os Estados Unidos não é diferente", frisou ele, destacando que o país é um importante destino turístico no mundo, tanto para quem viaja a lazer quanto para quem vai à trabalho, estudos ou para fazer negócios.

Ele ressaltou que a medida pode dificultar os profissionais de tecnologia qualificados que sonham em trabalhar no Vale do Silício, por

exemplo. Ele acredita que, se a política de endurecimento migratório continuar, pode gerar muitos impactos negativos na economia norte-americana. Ele citou o aumento da taxa para solicitação do visto H1B, para profissionais altamente qualificados, que custava US\$ 8 mil (R\$ 44 mil) e passou para US\$ 100 mil (R\$ 550 mil). "É muito caro e difícil de se obter esse tipo de visto e isso acaba levando esses profissionais a procurarem oportunidades em outros países", comentou.

Paz Neves demonstrou preocupação, afirmando que as barreiras podem atingir quem já detém o "green card", cobiçada autorização de moradia permanente e de trabalho. "Tem pessoas que estão há 8, 10 anos morando e trabalhando nos Estados Unidos e, de repente, precisam sair do país. Se a pessoa for solteira, o problema é menor, mas, se lá tiver constituído família, com esposa e filhos, por exemplo? Não é fácil mudar de país e reconectar", frisou ele, lembrando que os EUA, com uma taxa baixa de naturalidade, aos poucos, estão perdendo sua população.

O cientista político Rudá Ricci destacou que os EUA vivem uma situação delicada e que acabam usando a defesa do mercado interno e da segurança do país como bandeiras. Por outro lado, ele disse que cabe ao Brasil não entrar em confronto com esse tema ou qualquer outro que possa causar mal-estar. Ricci explicou que, agora, o tema mais importante é negociar as tarifas das exportações. "Do lado do Brasil, o momento atual é de redução das tarifas. Eu não acredito que o governo caia na armadilha de ficar contestando logo de cara essa decisão do Trump de dificultar a ida de brasileiros, a permanência de brasileiros nos Estados Unidos, porque a questão maior neste momento e que está em processo de negociação é a redução das tarifas, principalmente a do café", acrescentou.

Impacto na economia

Para especialistas, a estratégia, embora anunciada como ferramenta de proteção social e segurança interna, tende a gerar efeitos colaterais negativos em áreas estratégicas como turismo, inovação, mercado de trabalho, comércio global e imagem internacional. O economista Davi Lelis, da Valor Investimentos, explicou que o pensamento do governo norte-americano de associar a entrada de imigrantes ao aumento de gastos em saúde e assistência pública acaba ignorando a real importância dos estrangeiros na economia.

"Quando você tenta diminuir potenciais gastos públicos com a entrada de pessoas de fora, você gera, sim, uma economia no curto prazo, evitando que essas pessoas sejam atendidas, mas ignora que esses imigrantes também são

Divulgação/PF



Ter um passaporte com visto válido de entrada nos EUA já não garante mais a viagem: queda de visitantes impacta negócios, turismo e comércio



"Um país construído por imigrantes durante 250 anos não pode mostrar aversão por estrangeiros, muito menos para visitantes temporários"

Masimo Della Justina, economista e escritor

consumidores, também são estudantes, também são trabalhadores. Eles movimentam muito o setor econômico americano", ressaltou.

Lelis afirmou, ainda, que a decisão americana põe em xeque uma das principais vantagens históricas dos Estados Unidos, que é a capacidade de atrair talentos globais para áreas estratégicas, como inteligência artificial, engenharia, pesquisa biomédica e inovação de ponta. "Quando o país cria barreiras com critérios mais subjetivos e restringe capital humano de alta qualidade de entrar no país, começa a erodir a própria capacidade de sustentar um crescimento de longo prazo", explicou, lembrando que boa parte do Vale do Silício foi impulsionada por imigrantes, responsáveis pela fundação de empresas como Google, Tesla, Nvidia, Intel e Moderna.

Ele disse ainda que as ações podem gerar pressões inflacionárias e até reduzir a oferta de trabalho, elevando custos de produção, por exemplo. "Menos gente entrando vai ter uma consequência ruim de

ter uma dinâmica econômica mais rígida, principalmente na oferta. Isso cria um terreno muito propício para a alta dos preços", alertou Lelis, reforçando que tal dinâmica pode retardar a queda dos juros conduzida pelo Federal Reserve e comprometer a recuperação econômica do país.

O escritor e economista Masimo Della Justina acredita que os impactos na economia são imediatos. Segundo ele, "um brasileiro a passeio nos EUA tende a gastar, no mínimo, US\$ 250 (R\$ 1,3 mil) por dia em hotelaria, alimentação e transporte", sem incluir compras, ingressos e passeios turísticos. E o endurecimento das regras de visto representa, portanto, perda direta de renda para setores que dependem do gasto estrangeiro, como hotelaria, comércio, entretenimento, locadoras de veículos, aplicativos de transporte, guias turísticos e postos de combustível.

"Um país construído por imigrantes durante 250 anos não pode mostrar aversão por estrangeiros, muito menos para visitantes temporários", concluiu.

Consulado é soberano

O advogado Henrique Scliar, especialista em imigração e mobilidade global, enfatiza que o ponto central na análise de revogações de autorizações de entrada nos Estados Unidos é compreender o tipo de visto, os motivos da decisão e, sobretudo, o alcance da autoridade de consular. Ele explicou que, desde 2024, a Suprema Corte dos EUA reafirmou que o agente consular tem autoridade para aprovar, negar ou revogar vistos quando identifica algum risco, ainda que baseado em critérios subjetivos. Para Scliar, é fundamental compreender que "a decisão em si, no consulado, é soberana", mas isso não impede o solicitante de tentar uma nova aplicação, desde que apresente fatos novos ou documentos que esclareçam eventuais dúvidas.

O advogado esclarece que o cenário muda quando o estrangeiro já se encontra nos Estados Unidos, pois existem mecanismos administrativos e até judiciais capazes de reverter determinadas revogações. Ele ressalta que a decisão americana não é direcionada unicamente para brasileiros e que isso não se trata de uma "caça às bruxas". Para quem cumpre as regras, a aprovação e a entrada no país seguem normais.

Ele garante que não há motivos para preocupação, pois as revisões periódicas fazem parte do sistema

de segurança do país. Segundo ele, quem age corretamente continua tendo os vistos aprovados. "O governo americano faz revisões periódicas de vistos já emitidos há muito tempo. Essas revisões podem acontecer em caso de mudança de circunstâncias daquele aplicante, suspeitas de fraude ou descumprimento de lei", disse.

Padrões de risco

Bruno Lossio, também especialista em direito imigratório, reforça explicando que a política migratória americana não mira nacionalidades específicas, mas sim padrões de comportamento considerados de risco. Ele citou como exemplo estudantes que começam a movimentar valores incompatíveis com seu status, turistas que passam a ter vida financeiraativa nos EUA ou imigrantes que prometem abrir empresas, mas não dão nenhum passo concreto para isso.

"Normalmente essas pessoas, quando começam a demonstrar padrões diferentes de comportamento, isso chama um pouco a atenção da imigração". Ele acredita que em 2016, o cenário deve estabilizar e até melhorar, já que as medidas mais duras do governo Trump estão sendo tomadas no primeiro ano de mandato.

COPOM

BC conservador reduz expectativa por corte de juros

» RAPHAEL PATI

A menos de um mês da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre nos dias 9 e 10 de dezembro, o Banco Central mantém o discurso conservador, mesmo diante da desaceleração inflacionária nos últimos meses. Na semana passada, o presidente da instituição, Gabriel Galvão, voltou a comentar as críticas à manutenção da taxa básica de juros em 15% ao ano. Em um discurso mais duro, ele disse que o BC "não pode brigar com os dados" e citou as projeções de inflação desancorada (acima da meta de 3%) para os próximos anos.

De acordo com o último relatório de mercado Focus, divulgado no dia 10, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 foi mantida em 4,55%, ligeiramente acima do limite superior da meta, que é de 4,5%.

Já para os próximos anos, o mercado prevê uma inflação dentro da banda aceitável, mas ainda acima da meta da meta, de

3%. "Os comandos que o Banco Central recebe são comandos de ordem legal. E o comando legal está claro: a meta é 3% e o Banco Central vai perseguir esta meta de 3%. É isso que nós estamos fazendo e vamos seguir fazendo", disse Galvão.

Além disso, a ata da última reunião do Copom também desaninhou os agentes que previam um corte da Selic já na primeira reunião de 2026. O documento cita que as expectativas de inflação estão "desancoradas" e que o BC deve manter uma política monetária mais restritiva por um tempo "bastante prolongado". Também destaca que o comitê não hesitará se tiver que aumentar novamente a taxa, apesar de destacar que há "maior convicção" de que o patamar Selic atual é suficiente para assegurar a convergência do índice de preços à meta.

No final da semana passada, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) revelou que o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 0,18% em novembro. Esse índice

considera os aumentos de preço tanto ao produtor quanto ao consumidor, além do setor de construção, e indica uma inflação mais disseminada no país, como avaliam especialistas. De acordo com eles, o indicador reflete uma queda da pressão inflacionária, apesar disso não significar que o Banco Central deve cortar os juros já nas próximas reuniões.

Ambiente melhor

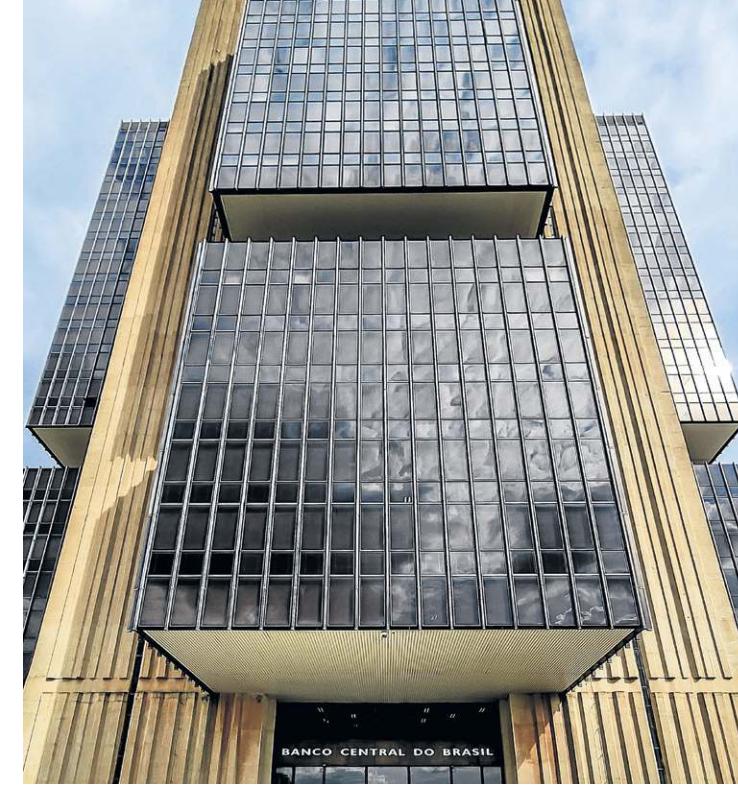
Em relação à política monetária, o analista e CEO da Referência Capital, Pedro Ros, considera que, apesar do IGP-10 não ser um número que, sozinho, mude a decisão do Banco Central, ele compõe um quadro de inflação de custos mais controlada, que, se persistir, abre espaço para discutir juros menores no futuro. "A mensagem prática é que o ambiente para planejamento de médio prazo vem melhorando, ainda que a taxa de juros exija disciplina financeira das empresas", destaca.

Para o CEO da Equity Group, João Kepler, a âncora oficial para o BC segue sendo o IPCA, que

ficou em 0,09% em outubro, apesar de que o índice da FGV reforça o quadro de inflação mais comportada no atacado. "Se essa dinâmica de índices cheios mais benignos se mantiver nos próximos meses, ajuda a construir justificativa técnica para discutir cortes de juros em 2026. Até lá, o investidor deve manter foco em negócios com margem saudável, gestão de custos e capacidade de repassar preços sem destruir a demanda", considera.

Já o CEO da Multiplus, Volnei Eymg, acredita que, com a inflação moderada e sinais de desaceleração na atividade industrial, o cenário comece a abrir espaço para que o Banco Central avalie cortes na taxa de juros. "No entanto, a autoridade monetária segue cautelosa e mantém a Selic em 15% ao ano. Para que os cortes aconteçam, será preciso observar uma trajetória mais clara e persistente de queda da inflação, especialmente nos serviços e nos preços administrados. Os próximos meses serão decisivos para essa avaliação", comenta Eymg.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Projeção de inflação "desancorada" faz analistas explicarem juros altos do BC